

Após seis meses, Paraná mantém enfrentamento ao coronavírus

Seis meses após a confirmação dos primeiros casos de Covid-19 no Paraná, o Governo do Estado mantém o enfrentamento à pandemia, com ações na área da saúde e de proteção aos mais vulneráveis. Ao reforço na rede hospitalar, que foi completamente equipada para receber os pacientes com o novo coronavírus, soma-se uma série de medidas para auxiliar os cidadãos mais impactados pela crise, com um olhar também para a retomada da economia.

Nesta semana, o governador Carlos Massa Ratinho Junior lançou o programa Paraná em Obras, que prevê R\$ 4 bilhões para projetos de infraestrutura, importantes para a geração de emprego e renda em todas as regiões paranaenses no pós-pandemia. Ratinho Junior também sancionou as leis que criam o Cartão Social e o Cartão Futuro, medidas para ajudar na manutenção de empregos dos jovens e para auxiliar aqueles

que buscam uma recolocação no mercado de trabalho.

Até a sexta-feira (18), a Secretaria de Estado da Saúde tinha confirmado 160.228 casos e 4.024 óbitos pela doença no Paraná. Confira abaixo as medidas adotadas nesta semana:

Reforço nos hospitais

Dois importantes hospitais do Oeste receberam investimentos do Governo do Estado nesta semana. O Hospital Municipal Germano Lauck, de Foz do Iguaçu, recebeu 20 respiradores e 20 monitores para ampliar a ala do Pronto Socorro Respiratório, que será aberta na próxima semana. A unidade vai contar com 12 leitos de UTI exclusivos para o atendimento de pacientes com Covid-19. Em Cascavel, o Hospital Universitário do Oeste do Paraná passa a contar com a ala de ressonância magnética que dará mais precisão aos diagnósticos por imagem.

Hospital da Criança

O Governo do Estado repassou na sexta-feira, em transferência

formalizada pelo vice-governador Darci Piana, mais R\$ 9 milhões para a conclusão do Hospital da Criança de Maringá, a última parcela do termo de cooperação mútua do Estado com o município. Com o novo repasse, o investimento total na obra chega a R\$ 153 milhões. Deste montante, R\$ 124,2 milhões (81%) são oriundos de transferências da Secretaria de Estado da Saúde e de convênios com o Governo Federal. A Organização Mundial da Família (OMF) participou do projeto com outros US\$ 10 milhões.

Cartão Futuro

O governador sancionou nesta sexta-feira a lei que cria o Cartão Futuro Emergencial, que garante a manutenção de 15 mil vagas de emprego de jovens de 14 a 18 anos. Proposta pelo governo e aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa, o programa é uma das medidas de enfrentamento à pandemia da Covid-19

e vai destinar uma ajuda de custo aos empregadores que mantiverem o contrato de adolescentes aprendizes durante a vigência do estado de calamidade pública no Paraná.

Cartão Social

Outra medida confirmada pelo governo vai auxiliar os trabalhadores que buscam uma recolocação no mercado de trabalho. Previsto na lei 20.231/20, sancionada pelo governador Ratinho Junior, o Cartão Social vai custear as passagens de ônibus de quem sair para procurar emprego. As passagens serão adquiridas pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec), válidas para uso no Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano. As empresas do sistema precisam cumprir uma série de contrapartidas para serem beneficiadas pelo programa.

Feito no Paraná

Para a estimular a retomada econômica e dar mais visibilidade para a produção estadual, o Governo do Estado está lançando o programa Feito no Paraná. O objetivo é estimular a valorização e a compra de mercadorias paranaenses. O programa terá como base as vocações produtivas locais e o Governo do Estado fará campanhas para apresentar produtos e valorizar histórias de "quem faz o Paraná crescer". Também vai incentivar a compra segura durante a pandemia da Covid-19.

Lei Aldir Blanc

Segue aberto,

até o dia 14 de outubro, o cadastramento de trabalhadores de toda a cadeia produtiva da cultura que preenchem os requisitos para receber o auxílio emergencial de renda, previsto pela Lei Aldir Blanc (Lei Federal nº 14.017/2020). Quem tiver seu cadastro aprovado terá direito a três parcelas de R\$ 600 de auxílio, pagas de uma única vez, retroativamente. O cadastro deve ser feito no seguinte site: www.sic.cultura.pr.gov.br/auxilio/renda.php.

Parques fechados

Os parques localizados na Serra do Mar voltaram a ser fechados para a visitação desde a sexta-feira. A medida, prevista na Portaria do Instituto Água e Terra (IAT) nº 269/2020, atinge os parques estaduais Pico Paraná, Pico do Marumbi, Serra da Baitaca e Ibicatu. De acordo com o IAT, a crise hídrica e os incêndios que ocorreram na última semana foram o principal motivo para o fechamento, além da superlotação nos fins de semana, aglomeração nas filas, uso incorreto das máscaras e o descarte de lixo nas unidades.

Aula Paraná Turbo

O Governo do Estado lançou na quinta-feira o Aula Paraná Turbo, uma versão avançada do Aula Paraná, sistema de ensino remoto da Secretaria da Educação e do Esporte, oferecido a 1,07 milhão de alunos da rede estadual. O programa conta com novas ferramentas, como um Intensivo do Enem, um sistema de correções

automáticas de redação, aulas de programação para alunos e professores, além de mais aulas ao vivo e uma plataforma de matemática gamificada.

Primavera dos Museus

Mesmo ainda fechados para o público, os espaços culturais do Governo do Estado vão participar da 14ª Primavera dos Museus, uma ação nacional promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) entre os dias 21 e 27 de setembro. Do Estado, do participam o Museu da Imagem e do Som do Paraná (MIS-PR), Museu Paranaense (MUPA), Museu Oscar Niemeyer (MON) e Museu Casa Alfredo Andersen (MCAA), em ação conjunta com o Centro Juvenil de Artes Plásticas (CJAP).

OUTRAS NOTÍCIAS IDEB

O Paraná alcançou a terceira posição geral e o quarto melhor resultado entre as escolas das redes públicas estaduais no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), divulgado na terça-feira (15) pelo Ministério da Educação. Desde 2005 o Estado não experimentava uma evolução tão grande na avaliação da qualidade do ensino público. No Ensino Médio, a nota estadual teve a alta mais expressiva do Brasil, um avanço 0,7 ponto.

Paraná Mais Verde

O Paraná vai comemorar o Dia da Árvore, celebrado nesta segunda-feira, 21 de setembro, com o plantio de mais de 550 mil mudas de espécies nativas. A ação é do

programa Paraná mais Verde, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turismo. Escritórios Regionais do Instituto Água e Terra (IAT) programaram ações de distribuição e plantio de mudas em todo o Estado. Todas as atividades serão cercadas de cuidados, com uso de máscaras, álcool gel e distanciamento.

Inovalvest

A startups e empresas tecnológicas paranaenses vão contar com o apoio da Invest Paraná para promover seus projetos no mercado nacional e internacional. A agência do Governo do Estado voltada à atração de investimentos lançou o programa Inovalvest, que vai selecionar ferramentas para serem utilizadas e divulgadas nas suas ações de promoção do Estado, funcionando como uma vitrine de divulgação dessas soluções junto a empresas nacionais, compradores internacionais e investidores estrangeiros.

Conferência online

A Secretaria da Justiça, Família e Trabalho e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca) promovem na próxima semana, entre os dias 21 e 24 de setembro, 10ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. O evento será totalmente online e tem como tema a Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências. Para acompanhar basta acessar o link <http://abre.ai/sejufparana>.

Fonte: aen.pr.gov.br



Bancada federal defende "menor preço" no pedágio do Paraná

Os 30 deputados federais e três senadores da bancada federal paranaense no Congresso Nacional defendem, de forma unânime, que o novo modelo das concessões do pedágio nas rodovias estaduais e federais tenha como ponto basilar o menor preço das tarifas e sem cobrança de outorga. Os atuais contratos vencem em novembro de 2021 e o governo federal sinaliza adotar um sistema híbrido que encarece e repete os mesmos preços altos praticados pelas concessionárias.

É o que indica o ofício encaminhado na segunda-feira (14), pelo coordenador da bancada paranaense, o deputa-

do Toninho Wandscheer (PROS) ao ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. O documento toma por base um histórico do pedágio no Paraná enviado pelo deputado Luiz Claudio Romanelli (PSB) a Wandscheer.

O coordenador reforça a tese de Romanelli de que, caso o modelo adotado seja o de concessão onerosa, como são os atuais contratos, os motoristas paranaenses vão continuar a pagar as tarifas mais caras do Brasil.

Histórico

O documento apresenta uma análise completa da situação do pedágio nos 2,5 mil qui-

lômetros das rodovias do Anel de Integração. Romanelli também dispôs o estudo aos deputados da Frente Parlamentar de Encerramento dos Contratos de Pedágio, criada na Assembleia Legislativa, e que debate a questão do encerramento dos contratos de pedágio e o novo modelo de concessão.

Assinado pelos parlamentares da bancada federal, o documento aponta que o impacto financeiro na economia paranaense, provocado pelas altas tarifas de pedágio, onera todo o setor produtivo do Estado.

"O impacto se reflete diretamente no bolso do consumidor, que aca-

ba 'pagando o pato'. As altas tarifas refletem na economia, com aumento do preço dos fretes e transporte e, no final, os produtos que chegam ao consumidor têm os preços onerados por conta dessas altas tarifas", avalia Romanelli.

O ofício de 12 páginas detalha desde as primeiras negociações do governo estadual em 1997, passando pelo 'loteamento' das praças de pedágio e chegando até os dias atuais, com as altas tarifas cobradas pelas concessionárias, que não realizaram todas as obras previstas em contratos.

Modelo

O deputado Romanelli defende que as

licitações para a concessão das rodovias (3,8 mil quilômetros previstos agora) sejam pelo menor preço ofertado pelas empresas interessadas no certame e não pelo modelo híbrido, como cogitado pelo Ministério dos Transportes.

O modelo híbrido prevê a criação de uma taxa de outorga, onde as concessionárias pagam ao governo federal, um valor pelo serviço concedido na exploração das praças de pedágio.

Romanelli avalia que, dessa forma, os novos pedágios vão continuar explorando os paranaenses. "Por esse modelo



(híbrido), os mesmos erros já cometidos vão se repetir e nós vamos continuar com uma das tarifas de pedágio mais caras do Brasil. Não vamos aceitar isso".

Sem obras

O deputado acusa ainda as concessionárias de negligência e omissão, pois grande parte das obras previstas em contrato, sequer foi inicia-

da, inclusive as elencadas nos acordos de leniência feitos com o Ministério Público Federal.

"Das 16 obras previstas, apenas cinco foram iniciadas, o que leva a crer que as concessionárias não vão conseguir cumprir o acordo até novembro de 2021, quando finaliza o contrato de concessão do pedágio".

Fonte: assembleia.pr.leg.br